

**Avaliações externas como regulação educacional: uma análise histórico-crítica sob a ótica de Dermeval Saviani****External assessments as educational regulation: a historical-critical analysis from the perspective of Dermeval Saviani****Flavianne Melo Curã Braga<sup>1</sup>**  
**Cláudia Tavares do Amaral<sup>2</sup>**

130

**Resumo:** O presente estudo analisa criticamente o impacto das avaliações externas em larga escala no processo do ensino-aprendizagem em escolas públicas brasileiras, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani. Nas últimas décadas, instrumentos como o SAEB, IDEB e PISA passaram a orientar a prática pedagógica e a reorganização curricular, promovendo uma lógica tecnicista, pautada em indicadores e metas de desempenho. O estudo qualitativo e fundamentado em revisão bibliográfica, problematiza a padronização curricular decorrente das avaliações externas, evidenciando o redirecionamento das práticas docentes para o treinamento voltado à realização de provas, em detrimento de uma formação crítica e omnilateral. De acordo com autores como Saviani (1991; 2003; 2007; 2008; 2011) e Freitas (2012; 2017; 2018), argumenta-se que a centralidade dos conteúdos curriculares deve ser resgatada como meio de transformação social. Conclui-se que é urgente repensar o modelo avaliativo vigente, adotando uma abordagem crítica que valorize o conhecimento, a formação integral e a superação das desigualdades educacionais.

**Palavras-chave:** Avaliações externas. Pedagogia Histórico-Crítica. Demerval Saviani.

**Abstract:** This study critically analyzes the impact of large-scale external assessments on the teaching-learning process in Brazilian public schools, in the light of Dermeval Saviani's Historical-Critical Pedagogy. In recent decades, instruments such as SAEB, IDEB and PISA have started to guide pedagogical practice and curriculum reorganization, promoting a technicist logic based on indicators and performance targets. The qualitative study, based on a bibliographical review, problematizes the curricular standardization resulting from external assessments, highlighting the redirection of teaching practices towards test-oriented training, to the detriment of critical and omnilateral training. According to authors such as Saviani (1991;

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Catalão - Goiás  
E-mail: flavicura@gmail.com

<sup>2</sup> Docente vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Catalão - Goiás E-mail: claudia.amaral@ufcat.edu.br

**Recebido em:** 03 /11/2025

**Aprovado em:** 31/12/2025

**Sistema de Avaliação:** *Double Blind Review*



2003; 2007; 2008; 2011) and Freitas (2012; 2017; 2018), it is argued that the centrality of curricular content must be rescued as a means of social transformation. The conclusion is that there is an urgent need to rethink the current assessment model, adopting a critical approach that values knowledge, comprehensive training and overcoming educational inequalities.

**Keywords:** External evaluations. Historical-Critical Pedagogy. Demerval Saviani.

## 1 Introdução

Nas últimas décadas, observa-se, no contexto educacional brasileiro, uma intensificação do uso de avaliações externas em larga escala, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Esses instrumentos passaram a ocupar um papel central na formulação de políticas educacionais, sendo utilizados para mensurar o desempenho das escolas, orientar decisões governamentais e estabelecer rankings entre redes de ensino. Contudo, essa expansão está fortemente marcada por uma lógica gerencialista e de responsabilização, que frequentemente ignora as condições concretas do processo de aprendizagem reduzindo a complexidade da realidade educacional a indicadores numéricos (Freitas, 2012; Bonamino; Franco, 2013).

A reformulação do SAEB, implementada desde 2017, promoveu a unificação das avaliações e sua ampliação para todas as instituições, aprofundando ainda mais essa lógica de responsabilização. Tal perspectiva reforça uma concepção tecnicista da educação, alinhada aos pressupostos neoliberais, nos quais o desempenho escolar é traduzido em resultados quantificáveis com ênfase prioritária nas áreas de Matemática e Língua Portuguesa (Freitas, 2018).

Sob a ótica da PHC, discutida por Dermeval Saviani, esse modelo avaliativo apresenta-se em clara contradição com os fundamentos de uma prática pedagógica voltada à emancipação humana. Para Saviani (2008), esta deve ser compreendida como uma prática social historicamente situada, cuja função essencial é mediar o acesso ao conhecimento sistematizado, favorecendo a formação humana e a transformação da realidade social. Como afirma o autor: “a prática educativa, na medida em que é uma prática social, tem um caráter histórico e está subordinada às condições objetivas da sociedade em que ocorre” (Saviani, 2008, p. 54). As avaliações externas, ao adotarem critérios uniformes e padronizarem o ensino, comprometem a dimensão formativa da escola, desviando o enfoque na aprendizagem para o alcance de metas numéricas. Além disso, desconsideram os fatores sociais que influenciam diretamente o

desempenho escolar, favorecendo a reprodução das desigualdades, em vez de enfrentá-las (Saviani, 2011).

Pela ótica curricular, esse processo ocasiona uma reconfiguração das práticas docentes, que passam a ser norteadas por treinamentos voltados à realização de provas, em detrimento de uma abordagem pedagógica crítica e integrada. Essa tendência é denunciada por Freitas (2012, p.391), ao afirmar que as avaliações externas “transformam o currículo escolar em um simulacro do real, limitando a experiência educativa a conteúdos medidos por testes padronizados”.

Frente ao cenário, Saviani (2008) defende a necessidade de uma reorientação do processo avaliativo, fundamentada em uma análise da realidade e na valorização do conhecimento escolar enquanto instrumento de emancipação humana. A avaliação, nesse contexto, não deve ser concebida como um fim em si mesma, mas como parte integrante do ciclo educativo amplo, que considere as contradições políticas e sociais da educação.

Assim, é imperativo refletir criticamente a função das avaliações externas na educação contemporânea. À luz da PHC, tais práticas devem ser repensadas não como mecanismos de controle tecnocrático, mas como elementos que contribuam para a construção de um projeto educativo comprometido com a formação integral do ser humano, em conformidade com os princípios filosóficos e pedagógicos defendidos por Saviani (2003, 2011).

Diante da hegemonia das avaliações externas e de seu papel na regulação das políticas educacionais, torna-se urgente confrontá-las através e uma perspectiva crítica, que compreenda a educação como prática social e formadora do sujeito em sua integralidade. A PHC, proposta por Dermeval Saviani, oferece uma base teórica sólida para esse enfrentamento, ao defender uma formação omnilateral e a centralidade dos conteúdos curriculares no processo de emancipação.

O presente estudo justifica-se pela carência em tensionar os pressupostos das avaliações externas à luz de uma percepção crítica e comprometida com a constituição plena do indivíduo. Partindo da necessidade de confrontar a regulação das políticas públicas educacionais com uma visão ampla, buscando responder ao seguinte questionamento: De que maneira as avaliações externas em larga escala, implementadas como instrumentos de regulação da política educacional no Brasil, influenciam a concepção e a prática pedagógica nas escolas públicas? Que o presente estudo tem como principal objetivo analisar criticamente as avaliações externas à luz da PHC de Dermeval Saviani.

## 2 Método

Este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo. A revisão bibliográfica constitui uma etapa essencial na realização de pesquisas acadêmicas, especialmente no viés da educação, cuja natureza interdisciplinar e histórica exige constante atualização teórica e análise crítica das produções científicas existentes.

Esta abordagem metodológica adquire relevância estratégica por permitir o diálogo com diferentes abordagens teóricas e políticas, sendo essencial para compreender como conceitos-chave, como currículo, aprendizagem, avaliação, inclusão e formação docente, vêm sendo discutidos ao longo do tempo e em distintos contextos sociais. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é imprescindível nos estágios iniciais da elaboração de projetos, na medida em que auxilia na delimitação do problema, na sugestão de hipóteses e na construção do referencial teórico.

Na construção do estudo foi realizada uma busca nas plataformas do Google Acadêmico e *Scielo*, para o levantamento de estudos atuais e relevantes sobre o tema. Foram selecionados para coleta de dados, estudos publicados dos últimos dez anos (2015-2025), trabalhos publicados em língua portuguesa e referentes ao contexto brasileiro.

Nas últimas décadas, o Brasil tem vivenciado um movimento de reestruturação das políticas educacionais, fortemente influenciado por organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse contexto, as avaliações externas passaram a desempenhar um papel estratégico, atuando como parâmetro para o ranqueamento de escolas, o redirecionamento curricular, a definição de políticas de bonificação docente, e a delimitação de intervenções administrativas. Esses mecanismos, embora apresentados como instrumentos técnicos e neutros, configuram-se como dispositivos ideológicos que reforçam determinadas concepções de qualidade educacional, frequentemente associadas à produtividade e à mensuração de resultados padronizados. A racionalidade subjacente a esses processos favorece uma lógica empresarial da educação, na qual o desempenho quantificável se sobrepõe aos processos formativos mais complexos e humanizadores.

A PHC, proposta por Dermeval Saviani, parte da premissa de que a educação precisa contribuir para a transformação da realidade social, superando a lógica da reprodução e da alienação. Para isso, é mister compreendê-la como um processo intencional que visa à apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade. Saviani (2008) argumenta que não se trata apenas de formar indivíduos que atendam a lógica do mercado, mas de oferecer uma formação omnilateral, que desenvolva todas as dimensões humanas.

A didática da PHC, estruturada em cinco passos (prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e prática social final), busca desse modo integrar os conhecimentos prévios dos alunos com os saberes científicos, promovendo a estruturação de conceitos espontâneos e científicos de maneira articulada (Gasparin; Petenucci, 2025).

A PHC embasada no materialismo histórico-dialético, compreende o sujeito como produto das suas relações e aponta a educação como instrumento de acesso ao saber sistematizado e à humanização. Para Oliveira *et al* (2018), a ação docente deve promover práticas educativas intencionais e planejadas, que articulem a realidade vivida ao conhecimento científico.

Saviani em sua obra *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*, ao utilizar a metáfora da “curvatura da vara”, inspirada em Lênin, busca justificar a urgência por uma postura mais radical na educação, de modo que a educação precisa “curvar-se” ao polo oposto. Para quem a ação educativa voltada à formação crítica e emancipatória, almeja encontrar um ponto de equilíbrio verdadeiramente transformador. Logo, ele defende que só através da escola e da sistematização do saber é possível uma educação efetivamente democrática.

Portanto, as avaliações externas, ao priorizarem conteúdos instrumentais e competências funcionais, tendem a estreitar o currículo e a estreitar a função social da escola. Em contrapartida, Saviani ressalta que a escola, longe de ser um instrumento de alienação por natureza, deve ser apropriada pelas classes populares como meio de luta e emancipação (1991).

Nesse movimento dialético, a avaliação assume um papel formativo, e não meramente classificatório ou punitivo. Portanto, submeter o processo de aprendizagem às avaliações externas de caráter tecnicista é incompatível com os princípios dessa pedagogia. A hegemonia das avaliações externas também impõe desafios à prática docente e à gestão escolar. A pressão por resultados leva muitos docentes a adaptarem suas metodologias às exigências das avaliações, abandonando propostas pedagógicas mais significativas em favor do “treinamento para a prova”. Essa lógica compromete a autonomia pedagógica e enfraquece a função crítica da escola.

Além disso, a regulação promovida pelas avaliações externas em larga escala tem contribuído para a reprodução e o agravamento das desigualdades educacionais, na medida em que penaliza instituições escolares com baixos indicadores de desempenho, desconsiderando as condições socioeconômicas adversas em que muitas delas estão inseridas. Tal lógica de responsabilização individual desloca o foco das causas estruturais da crise educacional — como

o subfinanciamento, a desigualdade social e a precarização do trabalho docente — para o desempenho isolado de estudantes, professores e gestores, esvaziando o debate político-educacional, fomentando a urgência da construção de práticas de resistência e de alternativas pedagógicas comprometidas com a formação plena dos sujeitos (Saviani, 2007).

### 3 Análise e discussão dos resultados

Em estudo intitulado *Pedagogia Histórico-Crítica e Avaliação Externa: Notas para a Elaboração de uma Avaliação Emancipadora*, Marques e Santos (2020) analisam criticamente a lógica hegemônica das avaliações externas no Brasil, especialmente a desde a década de 1990, em consonância com diretrizes neoliberais e influências de organismos multilaterais. Os autores argumentam que tais avaliações, voltadas à mensuração de resultados, à responsabilização docente e ao ranqueamento de escolas, desconsideram os contextos socioeconômicos e desvirtuam a função pedagógica da escola. Nesse contexto, a avaliação deixa de ser um instrumento de diagnóstico formativo para tornar-se uma ferramenta de controle e padronização, comprometendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Os autores ressaltam ainda, a relevância da educação como prática social intencional, voltada à elevação do ser humano para além de suas condições imediatas. Ao reconhecerem a soberania do conhecimento e a função formadora da escola, propõem uma reconstrução crítica da avaliação educacional, articulada à luta por um sistema educacional comprometido com os interesses da classe trabalhadora e com a formação dos sujeitos em si.

O estudo de Horta Neto (2019), intitulado *Avaliação Externa de Escolas e Sistemas: Questões Presentes no Debate sobre o Tema*, discute os principais conceitos relacionados à avaliação externa no Brasil e sua vinculação às políticas públicas educacionais. O autor analisa a evolução histórica dessas avaliações, com ênfase no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), destacando sua relevância para a formulação de políticas educacionais baseadas em evidências. Ademais, defende que os resultados das avaliações externas sejam divulgados de forma clara e acessível, com intuito de subsidiar ações efetivas de aprimoramento da qualidade da educação pública, respeitando os limites metodológicos e os contextos sociais nos quais as escolas estão inseridas.

A pesquisa desenvolvida por Fernandes (2015) discute criticamente a suposta relação entre avaliações externas e a melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando essa relação como "uma (im)possibilidade". O autor argumenta que, embora essas avaliações

tenham adquirido centralidade nas políticas educacionais — sobretudo em razão de sua aparente objetividade e economicidade —, não há evidências empíricas que comprovem sua efetividade no aprimoramento educacional. Além disso, critica a instrumentalização das avaliações externas, tanto nacionais quanto internacionais, como mecanismos de controle, monitoramento e ranqueamento, alertando para efeitos colaterais como o estreitamento curricular, a exclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade e a ênfase na preparação para exames, em detrimento de processos educativos significativos.

André e Pina (2020), em pesquisa com enfoque no materialismo histórico-dialético e na PHC, analisam a mercantilização da educação no Brasil contemporâneo e suas repercussões sobre o trabalho educativo na escola pública. Eles defendem que a mercantilização da educação não constitui um processo natural, mas sim um projeto político-ideológico da elite, cujo objetivo é transformar a educação — originalmente concebida como bem social e direito universal — em um serviço mercantil submetido à lógica do capital.

Conforme os autores, destaca-se a ofensiva neoliberal que, sob o pretexto de modernização e aprimoramento da qualidade, impõe reformas que rebaixam o conteúdo da educação pública, desvalorizam o trabalho dos professores e subordinam a escola às exigências da economia. Entre os mecanismos utilizados, salientam-se: privatizações disfarçadas (como a adoção de sistemas apostilados), imposição de metas baseadas em indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), enfraquecimento da autonomia pedagógica e desmonte do fundo público por meio de políticas de austeridade, como a Emenda Constitucional nº 95. Por fim, os autores reiteram a importância da PHC como contraponto à lógica mercantil, reafirmando seu papel como projeto emancipatório voltado à formação crítica e integral dos sujeitos, à construção da consciência de classe e à transformação social.

No estudo que investiga o contexto da leitura em uma escola pública do estado do Paraná, Oliveira et al. (2018) propõem um projeto de intervenção fundamentado na PHC. A pesquisa baseia-se na análise de dados como os índices do IDEB, produções escritas dos estudantes, entrevistas com a equipe pedagógica e questionários socioeconômicos. Os resultados revelam dificuldades significativas de leitura entre os discentes, atribuídas ao contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos.

A análise das produções textuais evidencia desvios linguísticos que indicam pouca familiaridade com a norma culta e com práticas de leitura. Diante desse cenário, os autores propõem uma intervenção fundamentada na pesquisa-intervenção, com o intuito de transformar a realidade escolar por meio da ação participativa e da reflexão crítica. A leitura, nesse contexto,

é concebida como prática formativa essencial ao desenvolvimento integral dos educandos e à cidadania.

Na dissertação de mestrado de Niesvald (2020), investiga-se o conceito de qualidade da educação a partir da perspectiva da PHC, compreendendo-o como um espaço de disputas ideológicas, políticas e históricas. A autora problematiza a hegemonia das avaliações externas padronizadas, que reduzem a qualidade educacional a indicadores estatísticos alinhados a interesses neoliberais, propondo, como contraponto, uma abordagem fundamentada na formação omnilateral do ser humano.

A autora também contextualiza historicamente a construção do sistema educacional brasileiro evidenciando a sua formação excludente e a persistência de práticas pedagógicas voltadas à reprodução das desigualdades sociais. Destaca, ainda, a centralidade da escola pública como espaço de mediação entre o saber sistematizado e a prática social, reconhecendo o professor como mediador qualificado desse processo.

A qualidade da educação, nessa perspectiva, exige a superação da visão fetichizada do ensino, pautada na meritocracia e no tecnicismo, e reivindica uma escola comprometida com a emancipação humana, com a elevação cultural e com a democratização do conhecimento. A autora propõe, ao final, a redefinição do conceito de qualidade na educação pública, fundamentada em princípios coletivos, democráticos e emancipatórios, em oposição à lógica meritocrática, tecnicista e instrumental característica do neoliberalismo.

Por fim, os pesquisadores Gasparin e Petenucci (2025), no estudo *Pedagogia Histórico-Crítica: da Teoria à Prática no Contexto Escolar*, discutem os fundamentos e a aplicabilidade da PHC no cotidiano educacional. Os autores argumentam que sua implementação exige uma ruptura com práticas pedagógicas fragmentadas e superficiais, predominantes nas instituições escolares, propondo, em contrapartida, um ensino planejado de forma consciente.

O artigo apresenta uma experiência prática com docentes em formação, evidenciando tanto as dificuldades quanto as potencialidades da aplicação dessa metodologia. Os resultados indicam que, apesar dos desafios — como o tempo exíguo, a heterogeneidade das turmas e a insegurança docente —, a PHC mostra-se viável e eficaz, promovendo um processo educativo significativo e transformando a prática pedagógica em uma ação consciente, crítica e socialmente comprometida.

#### 4 Considerações Finais

As análises aqui reunidas evidenciam a complexidade do debate sobre as avaliações externas no contexto educacional brasileiro contemporâneo. A partir de distintas abordagens teóricas e empíricas, os estudos revisados convergem na crítica ao uso hegemônico das avaliações como instrumentos de controle, ranqueamento e padronização, alinhados à lógica neoliberal e aos interesses do capital. Tais mecanismos, ao desconsiderarem as condições materiais, históricas e sociais em que se situam os sujeitos e as instituições educativas, comprometem o papel formador da escola e reduzem a qualidade da educação a índices numéricos e resultados imediatos.

Nesse cenário, a Pedagogia Histórico-Crítica se apresenta como alternativa teórico-metodológica fundamental, por promover uma concepção de educação vinculada à formação omnilateral, à elevação cultural dos indivíduos e à transformação social. Em contraposição ao tecnicismo e à meritocracia, propõe uma prática pedagógica intencional, crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Os estudos analisados reforçam a necessidade de redefinir o conceito de qualidade educacional, articulando-o a princípios democráticos, coletivos e emancipatórios. A escola pública, enquanto espaço privilegiado de mediação entre o saber sistematizado e a prática social, deve resgatar seu papel político e formador, em oposição às tendências de mercantilização e esvaziamento curricular,

Por fim, reafirma-se a urgência de construir uma avaliação educacional que, em vez de reforçar desigualdades, contribua para superá-las — uma avaliação emancipadora, dialógica e formativa, que reconheça as singularidades dos sujeitos e promova o desenvolvimento integral dos estudantes, em consonância com os ideais de uma educação verdadeiramente transformadora.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Barbosa; PINA, Tatiana Inês. **A pedagogia histórico-crítica e a mercantilização da educação no Brasil contemporâneo**. 2020.

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso Antônio Alves. Avaliação e políticas educacionais: o ciclo do desempenho escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 190–211, 2013.

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e melhoria das aprendizagens dos alunos: questões críticas de uma relação (im)possível. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (org.). **Estado da educação 2014: contributos da investigação em educação**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2015. p. 289–303.

FREITAS, Luiz Carlos de. A tragédia da escola pública brasileira: entre a negação da política e a política de negação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 769–792, 2012.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Qualidade da educação: consenso ou luta?** Campinas: Papirus, 2018.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cecília. **Pedagogia histórico-crítica: da teoria à prática no contexto escolar**. [Arquivo pessoal do usuário]. Acesso em: 9 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORTA NETO, João. Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 91, n. 227, p. 84–104, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.91i227.1304>.

MARQUES, Heitor José; SANTOS, Fernanda Almeida. Pedagogia histórico-crítica e avaliação externa: notas para a elaboração de uma avaliação emancipadora. **Revista Educere Et Educare**, Cascavel, v. 15, n. 35, p. 1–28, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/educare.v15i35.24267>.

NIESVALD, Karine Terezinha Santos. **A qualidade da educação na perspectiva da pedagogia histórico-crítica: contribuições para pensar a escola pública**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

OLIVEIRA, Rosana Maria Gomes *et al.* Leitura e ação docente na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 65–76, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>. Acesso em: 9 out. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**. 4. ed., rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2011.